



▶ Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Questionário preenchido por:

VIART – Vice Presidência de Administração e Gestão Ativos de Terceiros

Data:

28/06/2019

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com “N/A”)

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre a Empresa	4
1 - Informações Cadastrais	4
2 - Informações Institucionais	4
3 - Números da Empresa.....	17
4 - Receitas da Empresa	19
5 - Recursos Humanos	19
6 - Informações Gerais	19
7 - Informações Operacionais.....	20
8 - Compliance e Auditoria Interna.....	27
9 - Questões Jurídicas e Legais	31
10 - Anexos.....	31
2) Declaração	33
3) Eventos Importantes.....	34
Atualizar Sumário	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento (“Questionário Due Diligence”) é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.

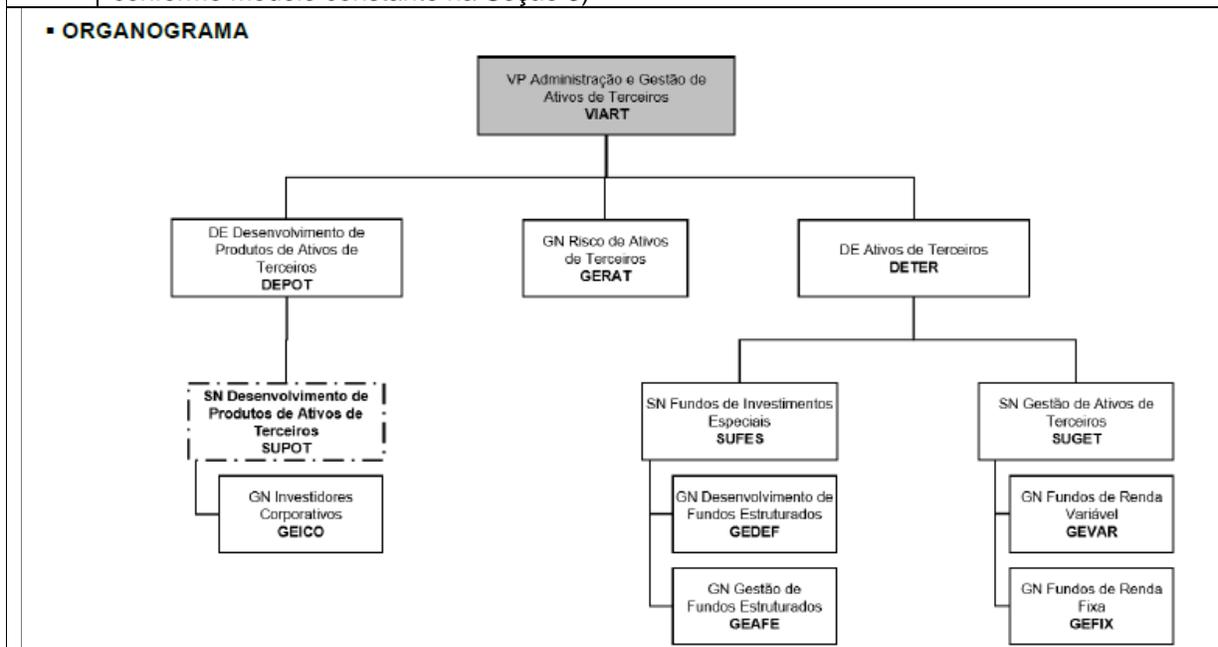
1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
1.2	Nome de fantasia
CAIXA	
1.3	Endereço
Avenida Paulista, 2300 - 11º Andar – Bela Vista - São Paulo/SP	
1.4	CNPJ
00.360.305/0001-04	
1.5	Data de constituição
12/01/1861	
1.6	Telefone
(11) 3572-4600	
1.7	Fax
1.8	Website
www.caixa.gov.br	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
CVM - Ato Declaratório CVM nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995.	
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
Sim. A VIART é membro da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e da ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital.	
1.11	Nome de quem responde o questionário
Júlio Alves Bittencourt / Bárbara Bordon Dacaro	
1.12	Cargo
Gerente de Clientes e Negócios III / Assistente Executivo	
1.13	Telefone para contato
(11) 3572-4600	
1.14	Fax
(11) 3572-4600	
1.15	E-mail para contato
geico@caixa.gov.br	
2 - Informações Institucionais	
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.	
2.2	Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.
N/A.	
2.3	Qual a estrutura empresarial do grupo?



OR005136

2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção 3)



OR005127

2.5 Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

<u>Fabiano Penna Zimmermann - Diretor Executivo de Ativos de Terceiros</u>	
<p>Mestre em Economia (Área Economia e Finanças) pela Escola de Economia de São Paulo EESP/FGV (2016), MBA em Gestão de Negócios e Empreendimentos (2009) e Graduação em Engenharia Elétrica (2007), ambos pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.</p> <p>Na CAIXA desde 2005, atua na gestão de fundos de investimento desde 2008, com experiência em diversos mercados, com destaque para Juros e Inflação, Moedas e Commodities.</p> <p>Possui a Certificação de Gestores ANBIMA – CGA, e é membro Titular do Comitê de Precificação e suplente do Comitê de Fundos de Renda Fixa & Multimercados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.</p>	
2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
<p>Sim. A CAIXA é signatária dos seguintes Códigos da ANBIMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE • Código de Distribuição de Produtos no Varejo • Código de Ética • Código de Negociação de Instrumentos Financeiros • Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas • Código para Fundos de Investimento • Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor • Código para o Programa de Certificação Continuada • Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. 	
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
Sim.	
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
Sim, em 05/2013, a CAIXA passou a ser signatária do PRI – Principles for Responsible Investment (Princípios para o Investimento Responsável).	
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
N/A.	
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
<p>Sim. Comitê de Fundos de Renda Fixa e Multimercados, Fundos de Ações, Precificação de Ativos, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Fundos de Investimento em Participações e Fundos Estruturados e Subcomitê de ETF da ANBIMA.</p> <p>Alguns executivos também participam de Conselhos em companhias investidas pelos fundos.</p>	
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
<p>No dia 12 de janeiro de 1861, Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Desde então, a Caixa caminha lado a lado com a trajetória do país, acompanhando seu crescimento e o de sua população. A Caixa sempre esteve presente em todas as principais transformações da história do país, como mudanças de regimes políticos, processos de urbanização e industrialização, apoiando e ajudando o Brasil.</p> <p>Com sua experiência acumulada, inaugurou, em 1931, operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas; três anos depois, por determinação do governo federal, assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, o que extinguiu as casas de prego operadas por particulares.</p> <p>No dia 1º de junho do mesmo ano, foi assinada a primeira hipoteca para a aquisição de imóveis da</p>	

Caixa do Rio de Janeiro.

Em 1986, a Caixa incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu definitivamente a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. No mesmo ano, com a extinção do BNH, tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Quatro anos depois, em 1990, iniciou ações para centralizar todas as contas vinculadas do FGTS, que, à época, eram administradas por mais de 70 instituições bancárias.

Ao longo de sua trajetória, a Caixa vem estabelecendo estreitas relações com a população ao atender às suas necessidades imediatas, como poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transferência de benefícios sociais.

Também deu ao povo brasileiro a chance de sonhar com uma vida melhor, com as Loterias Federais, das quais detém o monopólio desde 1961.

O ano de 1969 foi um dos marcos na história da Caixa. O Decreto-Lei Nº 759 daquele ano a constituiu como uma empresa pública e deu a ela diversas obrigações e deveres, com foco em serviços de natureza social, promoção da cidadania e do desenvolvimento do país.

Desde sua criação, a Caixa não parou de crescer, de se desenvolver, de diversificar e ampliar suas áreas de atuação. Uma prova é seu estatuto, renovado sempre que é preciso se adaptar à realidade dos brasileiros. A última atualização foi 2013 por meio do Decreto Nº 7.973. A Caixa, além de atender a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, acredita e apoia iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil.

Hoje, a Caixa tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. Como principal agente das políticas públicas do governo federal, está presente em todo o país, sem perder sua principal finalidade: a de acreditar nas pessoas.

2.12	A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de <i>Suitability</i> . Em caso afirmativo, favor anexar.
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sim.

2.13	Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

I) COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

O **Comitê de Planejamento e Gestão**, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade analisar, definir, planejar, aprovar produtos, políticas e estratégias, gestão de risco e conformidade da VIART, observando inclusive as diretrizes emanadas do respectivo Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros.

O Comitê é composto por dez membros:

1. Vice-Presidente da VIART;
2. Diretor Executivo de Ativos de Terceiros;
3. Diretor Executivo da DEPOT;
4. Superintendente Nacional da SUFES;
5. Superintendente Nacional da SUGET;

6. Superintendente Nacional da SUPOT;
7. Gerente Nacional da GEICO;
8. Gerente Nacional da GERAT;
9. Consultores de Dirigente da VIART.

As reuniões ordinárias do Comitê ocorrem mensalmente.

II) COMITÊ DE INVESTIMENTO

O **Comitê de Investimento**, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade analisar e aprovar políticas e estratégias de alocação de portfólio dos fundos de investimento e carteiras administradas, observando as diretrizes e alçadas emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART.

O comitê é composto por oito membros:

1. Diretor Executivo da DETER
2. Superintendente Nacional da SUGET;
3. Gerente Nacional da GEFIX;
4. Dois Gerentes Executivos da GEFIX;
5. Gerente Nacional da GEVAR;
6. Dois Gerentes Executivos da GEVAR.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem mensalmente e são realizadas em duas partes, denominadas A e B. As partes A e B são realizadas em dias distintos, consecutivos ou não.

Os assuntos submetidos ao comitê serão apreciados pelos membros obrigatoriamente no mesmo dia em que forem apresentados.

A presença dos mesmos componentes em ambas as partes da reunião ordinária não é obrigatória, considerando que as deliberações serão iniciadas e encerradas em cada uma delas.

III) COMITÊ DE INVESTIMENTO PARA FUNDOS DE FUNDOS (FOF)

O Comitê de Investimento para Fundos de Fundos (FoF) geridos pela SUGET, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade avaliar e aprovar políticas e estratégias de alocação em fundos geridos por outras instituições, observadas as diretrizes e determinações emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART.

O comitê é composto por cinco membros:

1. Diretor Executivo da DETER;
2. Superintendente Nacional da SUGET;
3. Gerente Nacional da GEVAR;
4. Gerente Nacional da GEFIX;
5. Gerente Executivo da SUGET, responsável pelas atividades de gestão dos fundos multigestores.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem mensalmente.

IV) COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DA VIART

O Comitê de Administração Fiduciária, órgão de caráter deliberativo, tem por finalidade avaliar atos relevantes da administração de carteiras de valores mobiliários, na categoria de administrador

fiduciário. Compreende a administração, funcionamento, prospecção, constituição e gerenciamento do ciclo de vida dos fundos de investimento (investimentos financeiros compartilhados); o gerenciamento de dados, informações e canais relacionados aos fundos de investimento; o gerenciamento de projetos de TI, no que se refere a propostas de novos projetos e/ou de descontinuação de projetos em andamento; o atendimento e a análise de demandas de clientes internos e externos à CAIXA, prestadores de serviços dos fundos de investimento, órgãos reguladores e autorreguladores, auditoria interna e externa, clientes institucionais e de varejo; a análise e o monitoramento do mercado quanto à indústria de fundos, para viabilizar os negócios da VIART.

O comitê é composto por oito membros:

1. Diretor Executivo da DEPOT;
2. Superintendente Nacional da SUPOT;
3. Gerente de Clientes e Negócios da SUPOT;
4. Três Gerentes Executivos da SUPOT;
5. Gerente Nacional da GEICO;
6. Gerente Executivo da GERAT Risco.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem bimestralmente.

V) COMITÊ DE GESTÃO DE FUNDOS ESPECIAIS DA VIART

O Comitê de Gestão de Fundos Especiais da VIART, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade aprovar políticas e estratégias de alocação de ativos dos fundos especiais e estruturados, observando as diretrizes e alçadas emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART.

O comitê é composto por cinco membros:

1. Vice-Presidente da VIART;
2. Diretor Executivo da DETER;
3. Superintendente Nacional da SUFES;
4. Gerente Nacional da GEAFE;
5. Gerente Nacional da GEDEF.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem mensalmente.

VI) COMITÊ DE GESTÃO DE RECURSOS DO FGTS POR MEIO DE FUNDOS ESPECIAIS DA VIART

Comitê de Gestão de Recursos do FGTS por meio de Fundos Especiais da VIART, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade deliberar sobre:

- (i) O encaminhamento das matérias de competência da CAIXA que serão submetidas à apreciação do Comitê de Investimento do FI-FGTS e de comitê de investimento de fundos investidos pela Carteira Administrada do FGTS;
- (ii) O encaminhamento das propostas de investimento do programa de aquisição de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 681/2012 do Conselho Curador do FGTS, que serão submetidas à apreciação do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros;
- (iii) O encaminhamento das propostas de investimento criadas em futuras demandas do FGTS por Fundos Especiais.

O comitê é composto por nove membros:

1. Vice-Presidente da VIART;
2. Diretor Executivo da DETER;
3. Diretor Executivo da DEPOT;
4. Superintendente Nacional da SUFES;
5. Gerente Nacional da GEAFE;
6. Gerente Nacional da GEDEF;
7. Gerente Nacional da GERAT;
8. Consultores de Dirigente da VIART.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem mensalmente.

VII) COMITÊ DE RISCOS DA VIART

O Comitê de Riscos de Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, doravante denominado Comitê, órgão autônomo de caráter deliberativo, tem por finalidade analisar, acompanhar, propor limites e procedimentos para riscos de crédito, liquidez e mercado de fundos, observando as diretrizes emanadas do Comitê de Planejamento e Gestão da VIART.

O Comitê é composto por seis membros:

1. Gerente Nacional da GERAT;
2. Gerente Nacional da GEICO;
3. Gerente Executivo da GERAT Risco;
4. Gerente Executivo da DEPOT, responsável pela administração fiduciária;
5. Gerente Nacional da GEFIX;
6. Gerente Nacional da GEVAR.
7. Participam também o Gerente Nacional da GEAFE e o Gerente Nacional da GEDEF, caso a matéria a ser deliberada tratar de produtos sob gestão da SUFES.

As reuniões ordinárias do comitê ocorrem bimestralmente.

As decisões dos comitês, mesmo resultantes de votação eletrônica, são lavradas em atas.

Seguem abaixo informações sobre os participantes com presença obrigatória às reuniões dos Órgãos Colegiados da VIART:

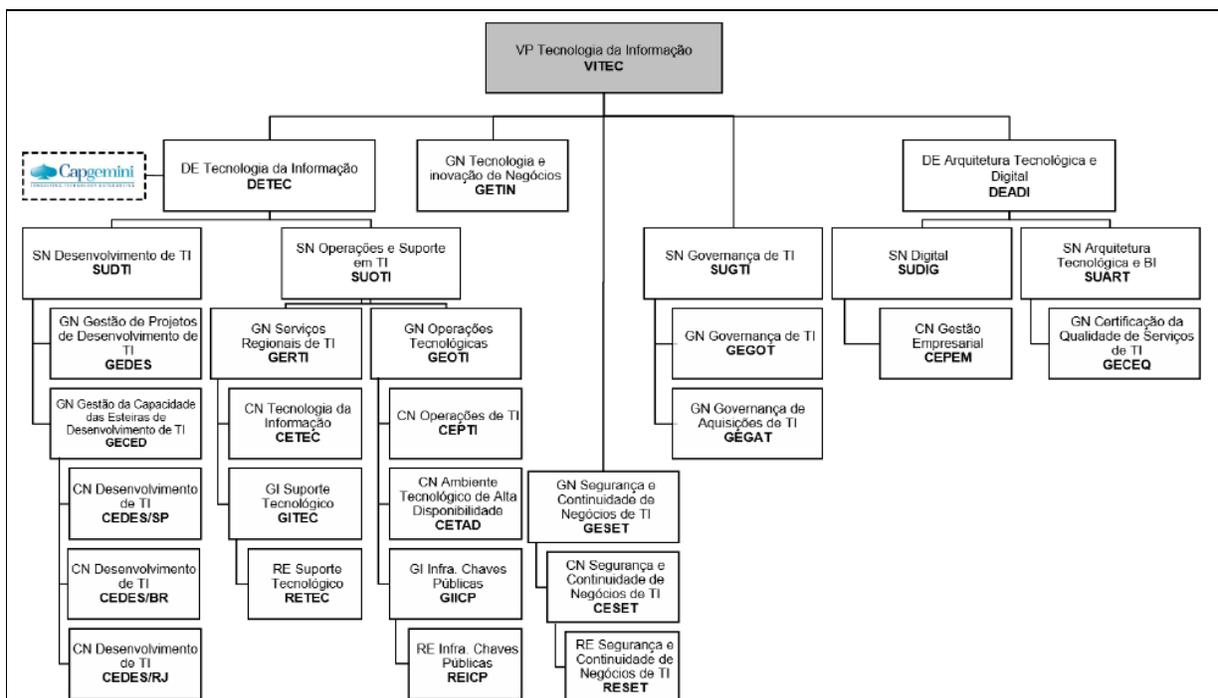
- a. Representantes de Controle Interno participam obrigatoriamente das reuniões no desempenho de suas funções, sem direito a voto;
- b. O Gerente Executivo responsável pelo Risco participa obrigatoriamente, sem direito a voto, das reuniões dos seguintes Comitês:
 - i. COMITE DE INVESTIMENTO;
 - ii. COMITE DE INVESTIMENTO PARA FUNDOS DE FUNDOS (FOF);
 - iii. COMITÊ DE GESTÃO DE FUNDOS ESPECIAIS DA VIART.

As deliberações no âmbito dos Órgãos Colegiados da VIART ocorrem por maioria simples dos membros participantes das reuniões presenciais ou das Votações Eletrônicas, sendo facultado a qualquer dos membros abster-se de se manifestar sobre assuntos em deliberação. A abstenção de manifestação de voto deve ser justificada pelo membro e registrada em Ata.

OR108029

2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
<p>Os serviços de administração e gestão dos recursos de terceiros são prestados pela própria VIART – Vice Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros.</p> <p>Dentro da VIART as atividades de administração são efetuadas pela SUPOT – Superintendência Nacional de Desenvolvimento de Produtos para Ativos de Terceiros e, no caso de fundos especiais, pela SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimentos Especiais.</p> <p>As atividades de gestão são realizadas pela SUGET – Superintendência Nacional de Gestão de Ativos de Terceiros e, no caso de fundos especiais, pela SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimentos Especiais.</p> <p>Já os serviços de custódia e controladoria são prestados através de outra vice-presidência, a VIOPE - Vice Presidência de Operações Corporativas por intermédio da SUBAN – Superintendência Nacional de Processos Bancários:</p> <p>ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO:</p> <p><u>SUPOT – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ATIVOS DE TERCEIROS</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Produtos para ativos de terceiros.- Prestação de serviços de administração fiduciária. <p><u>SUFES – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL FUNDOS DE INVESTIMENTOS ESPECIAIS</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento e gestão de carteiras e de fundos de investimentos especiais e estruturados. <p><u>SUGET – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GESTÃO ATIVOS DE TERCEIROS</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Estratégias para composição de fundos de investimentos e carteiras administradas.- Gestão de ativos de terceiros. <p>CUSTÓDIA E CONTROLADORIA:</p> <p><u>SUBAN – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL PROCESSOS BANCÁRIOS</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Soluções que garantam o processamento bancário adequado às necessidades da CAIXA. <p><u>GELIT – GERÊNCIA NACIONAL LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Liquidação de operações financeiras.- Back-office de câmbio.- Custódia de títulos.- Serviços de controladoria de ativos e passivos.- Serviços de custódia qualificada.	
2.15	A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.
Sim, através da VITEC – Vice Presidência de Tecnologia da Informação.	



OR005136

GETIN – GERÊNCIA NACIONAL TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE NEGÓCIOS

- Gestão do recurso alocado à inovação corporativa;
- Prospecção de parcerias de inovação.
- Gestão da mudança cultural para inovação e Transformação Digital com base nas definições estratégicas corporativas.
- Elaboração e coordenação central do modelo de gestão da inovação com base nas definições estratégicas corporativas.
- Consultoria para as áreas da empresa para desenvolvimento dos Planos de TI.
- Apoio às áreas no desenvolvimento de novos negócios.
- Apoio às áreas no desenvolvimento de soluções.

GESET – GERÊNCIA NACIONAL SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

- Segurança tecnológica e cibernética.
- Controle de acesso lógico à sistemas.
- Programa de Continuidade em TI.
- Riscos de TI.
- Prospecção, homologação e aquisição de soluções de segurança tecnológica.
- Segurança da informação e comunicações sob a perspectiva de TI.

CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

- Monitoramento e tratamento dos eventos de segurança tecnológica e da informação.
- Suporte especializado e operação de ferramentas de segurança tecnológica.
- Forense digital.
- Gestão da matriz de acessos.
- Gestão de vulnerabilidades de infraestrutura e de aplicações.
- Avaliação de *software* e de códigos maliciosos.
- Laboratório de testes de segurança tecnológica e da informação.

RESET – REPRESENTAÇÃO SEGURANÇA E CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS DE TI

Representação: atuação como braço operacional das unidades a qual está vinculada que demandam presença física junto ao negócio, com as seguintes características:

- Não possuem centro de custo próprio;
- Devem estar dentro da região de abrangência da Unidade de vinculação;
- Podem ser temporárias ou permanentes;
- Podem ser constituídas por uma única pessoa;
- Podem ser constituídas por cargos gerenciais ou técnicos, isoladamente ou em conjunto.

SUGTI – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GOVERNANÇA DE TI

- Governança da TI.
- Estratégia de TI.
- Segurança de TI e Continuidade de Negócios.
- Orçamento de TI.
- Provimento de ativos de TI.
- Gestão operacional da Participação estratégica de TI – CPMBraxis Capgemini.
- Arquiteturas de TI.

GEGOT – GERÊNCIA NACIONAL GOVERNANÇA DE TI

- Governança do atendimento e capacidade de TI.
- Governança da apuração das ocorrências de falhas de Natureza Tecnológica.
- Estratégia, comunicação e desempenho de TI.
- Portfólio de projetos de TI.
- Gestão das ações relativas a Melhoria de Processos nas unidades vinculadas a VITEC.
- Riscos de TI.
- Governança do *compliance* e tratamento dos apontamentos de controle, auditoria e risco.

GEGAT – GERÊNCIA NACIONAL DE GOVERNANÇA DE AQUISIÇÕES DE TI

- Planejamento financeiro e orçamentário da TI.
- Apuração de custos de TI.
- Provimento de ativos de TI.

DETEC – DIRETORIA EXECUTIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Construção.
- Manutenção.
- Disponibilidade de solução de TIC's.

SUDTI – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE TI

- Atendimento das Demandas de TI.
- Desenvolvimento e manutenção de soluções de TI.
- Modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI.
- Metodologias, padrões, métricas e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos.

GEDES – GERÊNCIA NACIONAL GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TI

- Controle de qualidade e monitoramento de projetos de TI (desenvolvimento e aquisição de soluções).
- Organização e alocação dos recursos necessários à execução dos Projetos de TI (desenvolvimento e aquisição de soluções).

GECED – GERÊNCIA NACIONAL GESTÃO DA CAPACIDADE DAS ESTEIRAS DE DESENVOLVIMENTO DE TI

- Alocação das capacidades para o atendimento das demandas de TI.
- Garantia de aderência à priorização de negócios nas esteiras de Tecnologia da Informação.
- Apoio à resolução de crises e incidentes de Tecnologia da Informação.
- Padronização da gestão de demandas de TI .

CEDES/RJ – CENTRALIZADORA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE TI – RIO DE JANEIRO

- Desenvolvimento de soluções e projetos voltados para Fundos e Programas de Governo, Programas Sociais, Cadastro de Clientes e Fomento.

CEDES/BR – CENTRALIZADORA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE TI – BRASÍLIA

- Desenvolvimento de soluções e projetos voltados para Crédito, Administração Financeira, Gestão Corporativa, Habitação, processamento e captação de Loterias e Portais Intranet, Internet e Extranet

CEDES/SP – CENTRALIZADORA NACIONAL DESENVOLVIMENTO DE TI – SÃO PAULO

- Desenvolvimento de soluções e projetos voltados para Canais de Atendimento, Automação Bancária, Serviços Comerciais, Mercado Financeiro, Segmento Judiciário e Auditoria de Loterias.

SUOTI – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL OPERAÇÕES E SUPORTE EM TI

- Operacionalização da infraestrutura de TIC.
- Processamento, disponibilização e armazenamento das soluções de TI e seus dados.

GERTI – GERÊNCIA NACIONAL SERVIÇOS REGIONAIS DE TI

- Processos e rotinas de TIC no ambiente descentralizado.
- Suporte, infraestrutura tecnológica e disponibilidade de canais.
- Acordo de Nível de serviço de TI no ambiente descentralizado.

CETEC – CENTRALIZADORA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Suporte para o ambiente descentralizado.
- Inventário de recursos no ambiente descentralizado.
- Desenvolvimento e produção de soluções no ambiente descentralizado.
- Gestão de incidentes e mudanças no ambiente descentralizado.
- Serviço de apoio a usuários internos e parceiros CAIXA para suporte especializado em Tecnologia da Informação e Telecomunicações.

GITEC – GERÊNCIA DE FILIAL DE SUPORTE TECNOLÓGICO

- Gestão de incidentes, desenvolvimento de soluções e serviços tecnológicos de *software*, *hardware* e comunicação no ambiente descentralizado e externo.
- Suporte tecnológico para canais e unidades da CAIXA.

RETEC – REPRESENTAÇÃO DE FILIAL DE SUPORTE TECNOLÓGICO

Representação: atuação como braço operacional das unidades a qual está vinculada que demandam presença física junto ao negócio, com as seguintes características:

- Não possuem centro de custo próprio;
- Devem estar dentro da região de abrangência da Unidade de vinculação;
- Podem ser temporárias ou permanentes;
- Podem ser constituídas por uma única pessoa;
- Podem ser constituídas por cargos gerenciais ou técnicos, isoladamente ou em conjunto.

GEOTI – GERÊNCIA NACIONAL OPERAÇÕES TECNOLÓGICAS

- Processamento, disponibilização de informações e armazenamento das soluções de TI nos ambientes centralizado, de alta disponibilidade e de certificação digital.
- Gestão dos processos de serviços de TI.
- Acordo de Nível de serviço no ambiente centralizado.
- Telecomunicações na CAIXA.
- Plano de contingência operacional dos sistemas do ambiente centralizado de TI e alta disponibilidade.

CEPTI – CENTRALIZADORA NACIONAL OPERAÇÕES DE TI (SP/RJ/BR)

- Processamento e disponibilização das soluções de TI.
- Ambiente de homologação (HMP).
- Segurança física e lógica da informação.
- Acordos de Níveis de Serviços tecnológicos (ANS).
- Telecomunicações no ambiente centralizado.
- Plano de contingência operacional dos sistemas do ambiente centralizado de TI e alta disponibilidade de TI.

CETAD – CENTRALIZADORA NACIONAL AMBIENTE TECNOLÓGICO DE ALTA DISPONIBILIDADE

- Processamento, disponibilização das soluções de TI com alto nível de disponibilidade
- Armazenamento das soluções de TI.
- Telecomunicações no ambiente de alta disponibilidade de TI.

GIICP – GERÊNCIA DE FILIAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

- Disponibilização e armazenamento das soluções de TI no ambiente de Certificação Digital.

REICP – REPRESENTAÇÃO DE FILIAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

Representação: atuação como braço operacional das unidades a qual está vinculada que demandam presença física junto ao negócio, com as seguintes características:

- Não possuem centro de custo próprio;
- Devem estar dentro da região de abrangência da Unidade de vinculação;
- Podem ser temporárias ou permanentes;
- Podem ser constituídas por uma única pessoa;
- Podem ser constituídas por cargos gerenciais ou técnicos, isoladamente ou em conjunto.

DEADI – DIRETORIA EXECUTIVA ARQUITETURA TECNOLÓGICA E DIGITAL

- Arquitetura tecnológica e negócios digitais

SUDIG – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DIGITAL

- Atuação tecnológica para a digitalização e inovação de negócios da CAIXA, exceto ambiente.
- Desenvolvimento de soluções para a digitalização e inovação dos negócios da CAIXA, exceto API.

CEPEM – CENTRALIZADORA NACIONAL GESTÃO EMPRESARIAL

- Solução ERP.

SUART – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA E BI

- Arquiteturas de aplicações, dados e infraestrutura de TI ,
- Ecosistema de API da CAIXA,
- Desenvolvimento de API para digitalização dos negócios da CAIXA, inclusive legado.
- Arquitetura de informações/dados, soluções e segurança tecnológica para os negócios digitais da CAIXA.
- Arquitetura de segurança tecnológica.
- Prospecção e homologação de hardwares, softwares e soluções de mercado.
- Arquiteturas das soluções de TI (Tecnológica, de Dados e Informação, de Aplicativos).
- Dimensionamento da Capacidade de TI para novas demandas de negócio.
- Gerenciamento da Configuração de TI.
- Governança de Dados.
- Gerenciamento de Ativos de TI.

GECEQ – GERÊNCIA NACIONAL CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS DE TI

- Definição e coordenação da execução da metodologia de certificação e qualidade dos serviços e soluções de TI.

OR 005127

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios gestão
2013	336.529.501.543,84	210	343
2014	358.719.154.424,09	219	337
2015	401.543.548.369,77	215	345
2016	422.415.267.888,75	185	312
2017	427.545.960.661,15	188	318
2018	498.372.066.134,41	224	318

3.2 Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)

	Nº	% Carteira
Fundos:		
Domicílio local	303	76,00%
Domicílio em outro país		
Clubes		
Carteiras		
Domicílio local	20	24,00%
Res. Nº 2.689		
TOTAL	323	100%

3.3 Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?

Tipo	Nº	Exclusivos	% total																		
Curto Prazo																					
Referenciado																					
Cambial	2	1	0,02%																		
Renda Fixa	196	97	60,28%																		
Multimercado	51	16	5,69%																		
Dívida Externa																					
Ações	29	1	2,49%																		
FIDC	5	4	0,43%																		
FIP	10	10	6,21%																		
FIEE																					
FII	9	7	0,85%																		
Fundo de Índice (ETF)	1	0	0,02%																		
Outras categorias	20	20	24,00%																		
3.4 Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?																					
nº 01.																					
3.5 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?																					
N/A.																					
3.6 Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?																					
N/A.																					
3.7 Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?																					
Tipo		Cotistas	% Passivo																		
Pessoas Físicas		1.217.592	13,18%																		
Empresas		327.790	16,45%																		
Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização		51	1,37%																		
Investidores Institucionais Previdenciários		77	14,33%																		
Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de terceiros e family offices)		237	0,12%																		
Investidor Estrangeiro		3	0,00%																		
Governo		15.775	54,55%																		
3.8 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>10 Maiores Cotistas</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>29,58%</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>2,43%</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>1,38%</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>0,26%</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>1,15%</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>0,65%</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>0,46%</td> </tr> <tr> <td>8</td> <td>0,30%</td> </tr> </tbody> </table>				10 Maiores Cotistas	%	1	29,58%	2	2,43%	3	1,38%	4	0,26%	5	1,15%	6	0,65%	7	0,46%	8	0,30%
10 Maiores Cotistas	%																				
1	29,58%																				
2	2,43%																				
3	1,38%																				
4	0,26%																				
5	1,15%																				
6	0,65%																				
7	0,46%																				
8	0,30%																				

9	0,26%
10	0,26%
Total	36,73%
4 - Receitas da Empresa	
4.1	Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)
Gestão, distribuição, administração, estruturação e performance.	
4.2	Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?
10,76% Referente à RPS 4º Tri 2018.	
4.3	A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?
Sim.	
5 - Recursos Humanos	
5.1	Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?
Os funcionários recebem além da remuneração fixa, participação nos lucros e premiação em clubes de compras. A estrutura de remuneração fixa na CAIXA é baseada na designação de Função de Confiança ou Cargo Comissionado, de forma que o funcionário no exercício do cargo faz jus ao recebimento de comissão efetiva. Caso o desempenho não seja satisfatório poderá ocorrer à dispensa da Função de Confiança ou do Cargo Comissionado retroagindo ao salário padrão.	
5.2	Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?
O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à alta eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade. Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Por ser empresa pública a CAIXA oferece estabilidade de emprego aos funcionários e um plano de carreira para cada função de interesse, com funções intermediárias que satisfaçam os funcionários em múltiplos níveis. Para algumas funções é oferecida a jornada de trabalho de 30 horas semanais de forma a respeitar e permitir o equilíbrio entre vida e trabalho. Atuando em todo território nacional e em diferenciados segmentos a CAIXA disponibiliza facilidades de transferência de funcionários entre departamentos e regiões.	
5.3	Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?
Sim. No processo de formação de carreiras, a empresa oferece Universidade Corporativa com diversos cursos de aperfeiçoamento pessoal e corporativo, exige certificação qualificada, e disponibiliza verbas anuais para cursos de atualização e aperfeiçoamento (Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Cursos de Idiomas). Vinculada à dimensão “Aprendizado e Crescimento” do Plano Estratégico Caixa 2018 – 2022, foi criada a Escola de Negócios VIART, que tem como proposta desenvolver ações alinhadas com o Plano Estratégico Caixa e com o Mapa Estratégico VIART.	
6 - Informações Gerais	
6.1	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, <i>hardware</i> e <i>software</i>)? Existem planos de expansão?
A CAIXA mantém um planejamento de expansão até 2022, sendo que há um acompanhamento anual para identificar como está a estratégia.	

6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de <i>rating</i> ? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)
Sim. Fitch Ratings - São Paulo, 19 de setembro de 2018: A Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Forte' da Vice-Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros (Viart), unidade de negócios da Caixa Econômica Federal (Caixa).	
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?
<p>Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa. Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.</p> <p>Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.</p> <p>Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.</p> <p>Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.</p> <p>Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking</p> <p>Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa</p> <p>Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias</p> <p>Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.</p> <p>Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa</p> <p>Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.</p> <p>Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional. Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior Gestor de FIPs; • Maior Gestor de RPPS; <p>Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018</p> <p>Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV.</p>	
7 - Informações Operacionais	
7.1 - Análise Econômica e Pesquisa	
7.1.1	Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A equipe é composta por oito profissionais, sendo um gerente executivo, um coordenador, três técnicos de análise econômica e três técnicos responsáveis pela análise setorial.	
7.1.2	Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos
A equipe de pesquisa foi formada em julho/2008 e desde então teve a adição de dois técnicos de análise e pesquisa. Em Agosto de 2012 houve a alteração do Gerente Executivo da área.	
7.1.3	Utiliza <i>research</i> próprio ou de terceiros? Em que proporções?
No que se refere à análise econômica, cerca de 80% do material é produzido internamente. Nesse percentual está incluso a cobertura da Economia Brasileira, Americana e Zona do Euro e China. Os 20% restantes referem-se a <i>research</i> de terceiros relacionados à economia internacional.	
Do ponto de vista da análise setorial, cerca de 30% do material são produzidos internamente, com	

<p>destaque para a cobertura do setor de construção civil, consumo, logística e concessões.</p> <p>O complemento toma como base material externo referente aos demais setores.</p>	
7.1.4	<p>Caso utilize <i>research</i> próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (<i>sell side</i>)?</p> <p>No que se refere à pesquisa econômica, o processo decisório inclui a análise de séries históricas, modelos econômicos e projeções destes derivados. Em relação à pesquisa setorial, utiliza-se como base o <i>valuation</i> das empresas para as quais temos cobertura, acompanhamento de notícias, o contato direto com o RI das empresas e a análise de mercado.</p> <p>A equipe trabalha somente para o <i>buy side</i>.</p>
7.1.5	<p>Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?</p> <p>São contratadas consultorias setoriais e econômicas, além de serviços de informação <i>online</i>, bancos de dados de indicadores econômico-financeiros, software econométrico e ferramentas de análise técnica.</p>
<p>7.2 – Gestão de Recursos</p>	
7.2.1	<p>Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)</p> <p>A VIART possui uma Superintendência (SUGET) onde é realizada a Gestão de Fundos de Investimentos no âmbito da Instrução CVM nº 555, e está dividida em 02 Gerências Nacionais dedicadas à Gestão de Fundos de Renda Fixa (GEFIX) e de Renda Variável (GEVAR). Em relação aos Fundos Estruturados, a SUFES possui a Gerências GEAFE destinadas à Gestão de seus FIDCs, FIPs e FIIs. (Conforme organograma do item 2.4).</p>
7.2.2	<p>Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.</p> <p>As principais mudanças na equipe de gestão da SUGET foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi designado como Gerente Nacional da GEVAR, o Sr. Camilo de Léllis Cavalcanti Júnior; • Foi também designado como Superintendente Interino da SUGET (acumulando duas funções) o Sr. Camilo de Léllis Cavalcanti Júnior; • Foi designado como Gerente Nacional Interino da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Bitelli.
7.2.3	<p>Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bloomberg (provedor de informações); • Broadcast (provedor de informações); • Economática (Banco de Dados/Ferramenta de análise pair trading); • Quantum (informações/serviços de análises econômicos financeiras relacionadas a fundos de investimento e empresas).
7.2.4	<p>Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?</p> <p>Operações em Mercados de Bolsa</p> <p>O processo de seleção é dividido em dois grupos: para corretoras que atuam nos Mercados BOVESPA e para corretoras que atuam nos Mercados BM&F. A cada semestre civil são selecionadas doze instituições para realizar operações nos Mercados BOVESPA e doze instituições realizar operações nos Mercados BM&F. As etapas do processo de seleção são as mesmas para ambos os grupos e destinadas respectivamente à verificação das informações cadastrais, análise de Gerenciamento de Risco, preenchimento do QDD ANBIMA Serviços Qualificados e Corretoras, análise qualitativa do departamento técnico e de pesquisa das corretoras/distribuidoras e avaliação interna da qualidade operacional dos serviços prestados no quadrimestre analisado.</p> <p>Observação: para participar da seleção para operações nos Mercados BM&F, é obrigatório que as corretoras/distribuidoras possuam o selo <i>Execution Broker B3</i> e ser associado ANBIMA ou ter aderido ao Código de Melhores Práticas e ao Código de Negociação de instrumentos Financeiros.</p> <p>Operações em Mercado de Balcão</p>

Estão habilitadas a realizar operações via Mercado de Balcão exclusivamente Instituições Intermediadoras que sejam membros da ANBIMA e corretoras/distribuidoras que possuam o selo *Execution Broker* e ser associado ANBIMA ou ter aderido ao Código de Melhores Práticas e ao Código de Negociação de instrumentos Financeiros e com adesão ao nosso contrato de Intermediação.

7.2.5 | Liste as corretoras aprovadas.

SELECIONADAS PARA MERCADOS BMF - OPERAÇÕES 2ºSEM 2019	
Ativa	
BGC Liquidez	
Bradesco	
BTG Pactual	
CM Capital	
Coivalores	
Guide	
H. Commcor	
ITAU	
Santander	
Tullett	
UBS	
SELECIONADAS MERCADO BOVESPA - OPERAÇÕES 2ºSEM2019	
Ativa	
Bradesco	
Brasil Plural	
BTG Pactual	
Credit Suisse	
Guide	
Itaú	
Nova Futura	
Renascença	
Tullett	
UBS	
XP Investimentos	

7.2.6 | Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de *discount brokers* e *research brokers*.

Nos mercados de Bovespa e BM&F, os volumes são divididos conforme classificação de nota da avaliação.

Na divisão dos percentuais, sendo as 6 primeiras *Research* e as próximas 6 *Discount*:

- 10% do Limite para as cada uma 4 primeiras – 40% total;
- 8,25% do Limite para as próximas 4 – 33% total;
- 6,75% do limite para as outras 4 – 27% total;

O processo de seleção é semestral e a cada avaliação e são substituídas 2 corretoras *Research* e 2 corretoras *Discount*.

No mercado de balcão, existe um limite máximo de 25% do total da corretagem paga no semestre.

7.2.7 | Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.

A política de gestão de caixa privilegia o uso de operações compromissadas de um dia lastreadas

em títulos públicos federais.	
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
O prazo médio para fins de enquadramento e classificação tributária é controlado diariamente em sistema proprietário ou através de sites de bancos custodiantes. As operações para fins de ajuste de prazo médio são feitas sempre que necessário.	
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
Os gestores são avaliados essencialmente sob dois aspectos:	
<ul style="list-style-type: none"> (i) Desempenho absoluto dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com seus respectivos <i>benchmarks</i> e rentabilidades alvo. (ii) Desempenho relativo dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com amostras de fundos concorrentes. 	
Adicionalmente, devido à segmentação da gestão por células especialistas em cada mercado, individualmente os gestores possuem ainda objetivos financeiros para geração de alfa em seus mercados de atuação.	
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
Mensalmente é realizada reunião para acompanhamento dos resultados dos fundos junto ao Diretor Executivo responsável pela Gestão de Recursos de Terceiros.	
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros está vinculada diretamente à Diretoria Executiva de Gestão de Ativos de Terceiros e conta com 01 Gerente Executivo, 2 Gerentes de Clientes e Negócios III e 05 Técnicos para realizar o Gerenciamento e Monitoramento dos Riscos de Mercado, Crédito e Liquidez dos Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas sob Administração/Gestão da VIART.	
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
O responsável pela Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros é o Gerente Nacional, Sr. Alessandro Toledo Cruzolini. O referido profissional reporta-se diretamente ao Vice-Presidente.	
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.
Não houve mudanças na equipe de Riscos nos últimos cinco anos.	
7.3.1.4	Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).
O sistema utilizado para o gerenciamento do Risco de Mercado é o MAPS Solutions. Com relação ao gerenciamento dos riscos de liquidez e crédito, o monitoramento é realizado por aplicativo desenvolvido internamente com base em banco de dados SQL.	
7.3.1.5	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contém e quem recebe e analisa estes relatórios?
Diariamente são elaborados relatórios de Risco de Mercado, Crédito e Liquidez com informações de nível de exposição aos riscos, comprometimento de limites de exposição que são enviados aos gestores, ao Vice-Presidente e à Área de Conformidade da Vice-Presidência.	
7.3.2 - Risco de Crédito	
7.3.2.1	Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.
A alocação em ativos privados segue as diretrizes e os limites de exposição estabelecidos em normativo interno, com base em notas de Rating atribuídas pela área de risco de crédito da CAIXA.	
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?
A área de risco de crédito da CAIXA realiza a análise de risco de crédito sob demanda e atribui nota	

de risco à operação ou emissor, o gestor verifica o enquadramento da operação nos limites estabelecidos. Casos não previstos na Política de Riscos da VIART são levados ao Comitê de Riscos e/ou Comitê de Planejamento e Gestão.	
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
A área de Risco da VIART possui autonomia para suspender limites de alocação em ativos privados quando identificado aumento potencial do seu risco de crédito.	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
São estabelecidos limites de concentração por emissor e no caso de operações de derivativos sem garantia é verificado o enquadramento da contraparte nos limites de exposição.	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
Os limites de exposição são aprovados pelo Comitê de Planejamento e Gestão da VIART e pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros.	
7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, <i>Stress Test</i> , <i>Stop loss</i> , etc).
A mensuração do Risco de Mercado é realizada através do Modelo de Risco VaR Paramétrico com nível de confiança de 95% em um horizonte de tempo de 1 dia.	
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?
Os critérios de mensuração e os limites de exposição são propostos pela área de gerenciamento de riscos da VIART ao Comitê de Planejamento e Gestão da Vice-Presidência e ao Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros para aprovação.	
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle e monitoramento de limites das estratégias são realizados pela GERAT - Gerencia de Risco de Ativos de Terceiros.	
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
A violação dos limites é reportada ao Comitê de Planejamento e Gestão, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação para avaliação e tomada de decisão.	
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
N/A.	
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
<p>As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.</p> <p>O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse. Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.</p> <p>O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.</p> <p>A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê</p>	

de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.	
7.3.5.2	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: <i>books</i> tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
Não há limites de liquidez por estratégia.	
7.3.6 - Risco Operacional	
7.3.6.1	Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.
<p>A identificação, acompanhamento e monitoramento dos riscos operacionais nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários conta com indicadores de efetividade da Política de <i>Compliance</i>; indicadores chave de riscos operacionais, com limites de tolerância definidos; e pela realização de testes periódicos de conferência e controle.</p> <p>Além disso, o corpo gerencial e equipe técnica responsáveis como 1ª Linha de Defesa, atuam de modo a identificar, evitar e/ou minimizar as ocorrências por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte do risco operacional. Sendo a Vice-Presidência de Risco responsável pela gestão de risco operacional das unidades CAIXA, bem como 2ª linha de defesa.</p>	
7.3.6.2	Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.
<p>A confirmação das ordens executadas é feita através da carteira e demonstrativo de caixa, fornecidos diariamente pelo custodiante (serviço prestado por terceiros).</p> <p>O controle das carteiras e da custódia do fundo é feita através de planilha de acompanhamento onde são feitos os batimentos das ordens executadas, da precificação dos ativos do fundo, da composição da carteira, dos limites de enquadramento e das provisões das taxas e despesas (CVM, SELIC, taxa de administração, etc.).</p> <p>Todo o acompanhamento feito em planilha baseia-se no Regulamento do Fundo e nas normas vigentes.</p>	
7.3.6.3	Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.
<p>1) A CAIXA criou em 2004 o Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços prestados aos clientes, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.</p> <p>2) O PCN CAIXA é um processo contínuo e evolutivo composto basicamente por quatro etapas:</p> <p>a) Conhecer a organização;</p> <p>b) Definir as estratégias de continuidade dos negócios;</p> <p>c) Desenvolver e programar ações de respostas tempestivas às interrupções;</p> <p>d) Realizar testes e manutenção dos planos.</p> <p>3) De uma maneira simples, o PCN CAIXA envolve o planejamento, a prevenção, a resposta e a recuperação do ambiente produtivo frente a incidentes que podem atingir negativamente seus ativos tangíveis e/ou intangíveis.</p> <p>4) Desde que o PCN CAIXA foi instituído observa-se grande evolução na maturidade da CAIXA neste domínio, tornando a GCN um complemento da estrutura de gestão de riscos corporativos, no intuito de entender as ameaças e vulnerabilidades das operações de negócio e as consequências geradas por uma interrupção significativa.</p> <p>5) Hoje o PCN CAIXA se destaca tanto no quesito governança quanto nas questões operacionais e no desenvolvimento de cultura corporativa, fatos estes que tornam a CAIXA referência nacional na GCN.</p> <p>6) A CAIXA conta com uma moderna Política de Continuidade dos Negócios, totalmente aderente às melhores práticas de mercado, às normas BS 25999 e NBR 15999, e às regulamentações vigentes no Brasil. Nesse sentido, importante destacar que a CAIXA adota os modelos dos institutos</p>	

internacionais DRII – *Disaster Recovery Institute International* e BCI – *Business Continuity Institute*, tendo em seu quadro de pessoal, o primeiro profissional brasileiro certificado por esses dois institutos internacionais.

Complementar, a gestora VIART possui um Plano de Resposta a Emergências, que tem por objetivo garantir a continuidade dos negócios da VIART em situações de contingência. Os principais pilares do plano de contingência são:

- Preparação de Planos para o pior cenário possível;
- Definição do Local para o ambiente alternativo;
- Ter os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades críticas;
- Manutenção dos serviços essenciais;
- Manutenção em servidor de contingência, de Informações essenciais ao Desenvolvimento das atividades críticas e estratégicas.

Cabe a cada empregado disponibilizar Informações consideradas “críticas” (imprescindíveis à realização das atividades) em servidor de contingência próprio da gestora.

7.3.6.4 | Descreva a política de segurança da informação.

1) A Política possui caráter estratégico e estabelece as diretrizes para o tratamento e manuseio dos ativos de informação da CAIXA, com o objetivo de disciplinar o seu uso e proteger os dados e informações, visando assegurar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

2) A Política de Segurança da Informação é aprovada pelo Comitê de Riscos, pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração da CAIXA.

3) A Política de SI é observada pelos envolvidos nos processos e atividades em todas as áreas da Instituição. A sua aplicação se dá mediante a prática de ações operacionais planejadas e coordenadas, concretizando-se em procedimentos, parâmetros e metodologia especificados em Normativos e documentos administrativos. As principais diretrizes que norteiam a Política de SI da CAIXA são:

- a) Proteção das informações e dados, ativos essenciais para a CAIXA, contra alteração, destruição, divulgação, cópia e impressão não autorizadas, acidentais ou intencionais.
- b) Adoção de mecanismos que viabilizem a recuperação da informação como uma das formas de resguardar a continuidade dos negócios da CAIXA.
- c) Preservação da confidencialidade das informações armazenadas em sistemas de informação.
- d) Adoção de mecanismos que garantam a autenticidade da informação e o não repúdio.
- e) Classificação das informações, observados os critérios estabelecidos pela norma de Tratamento da Informação.
- f) Adoção da prática de “Mesa Limpa e Tela Limpa”.
- g) Conscientização dos clientes e de todos os usuários quanto à importância da segurança da informação.

4) A Política de SI e a norma de Tratamento da Informação são peças fundamentais para a implementação do conceito de Arquitetura de Segurança da Informação, alinhados às iniciativas previstas no Plano Diretor de Segurança da Informação - PDSI da CAIXA, aprovado pelo Comitê de Risco. Esse Plano propõe ações corporativas e integradas para a preservação da SI.

5) A CAIXA integra o Comitê Gestor de Segurança da Informação, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Esse Comitê atua fortemente no desenvolvimento de normas e padrões e na divulgação do tema Segurança da informação para a Administração Pública Federal, direta e indireta.

Operacionalmente as informações são classificadas conforme grau de sigilo, observados os critérios estabelecidos pela CAIXA. O acesso à informação é condizente com a necessidade do usuário para o desempenho de suas atribuições na Instituição. Os ambientes onde são tratados dados e Informações são segregados, conforme sua classificação e tipo de uso (Desenvolvimento, homologação, rede, suporte e produção de sistemas Corporativos). Os sistemas da CAIXA possuem trilha de auditoria em razão do grau de sigilo da informação ou por experiência legal. Os empregados conhecem as suas responsabilidades com referência à Segurança da Informação e as informações e recursos disponibilizados pela CAIXA são de uso exclusivo para fins relacionados ao trabalho. Os contratos que impliquem manuseio de Informações da CAIXA ou por ela custodiadas possuem cláusula de confidencialidade, com intuito de garantir a observância da Política de Segurança da Informação e a responsabilização da empresa contratada. Esta política é revisada sempre que necessário, não excedendo o período máximo de 03 anos.	
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações?
Sim. Todos os operadores de mesa tem seus ramais telefônicos gravados. A escuta das gravações é realizada sempre que houver dúvida sobre o entendimento de conversas realizadas. O acesso às gravações é autorizado somente a gestores e à Área de Controle Interno.	
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de <i>back-up</i> e redundância de informações, <i>desktops</i> e servidores (para <i>back-up</i> , cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).
A Gestora conta com equipe destinada exclusivamente para a realização de back-up, com periodicidade diária de todos os documentos produzidos e inseridos no servidor da gestora. Esses documentos são armazenados em servidor alternativo por um período de 15 dias. As Informações e documentos imprescindíveis à realização das atividades são disponibilizadas também em servidor de contingência.	
7.3.6.7	Descreva a política de controle de acesso ao <i>Data Center</i> (físico e lógico).
O acesso físico e lógico do Data Center da instituição é realizado apenas por empregados e colaboradores credenciados e autorizados, que atuam na área de Tecnologia da empresa.	
7.3.6.8	Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar <i>no-breaks</i> , capacidade dos servidores, <i>links</i> de internet e telefonia etc.
A capacidade de processamento e armazenamento do Parque Tecnológico da CAIXA é de: <ul style="list-style-type: none"> • 219.000 MIPS – milhões de instruções por Segundo; • 3.070 Terabytes de Armazenamento Centralizado; • 1.671 Terabytes de Armazenamento Descentralizado; • 12.890 Servidores de plataforma baixa; • 46 Servidores de plataforma intermediária; • 07 Silos Robóticos; • 07 Virtual Storage Manager (VSM); • 4.969 Roteadores; • 302 Switches (Centralizado). 	
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, <i>firewall</i> e sistemas de antivírus?
Sim.	
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?
Sim. A frequência de realização dos testes para verificação de segurança e integridade de sistemas é mensal.	
8 - Compliance e Auditoria Interna	
8.1	Quem são os responsáveis pelas áreas de <i>compliance</i> e auditoria interna e a quem se reportam?
O responsável pela área de <i>compliance</i> da VIART (Gestora) é o Gerente Nacional de Ativos de Terceiros. O referido Gerente Nacional reporta-se diretamente ao Vice-Presidente, responsável pela	

Gestora. O responsável pela equipe de Auditoria Interna em São Paulo é o Gerente de Filial da Auditoria de São Paulo, que responde à área de Auditoria Geral, unidade que por sua vez responde à Presidência da CAIXA.

8.2 Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.

Ao ingressar na Gestora (VIART), cada um dos empregados é orientado a realizar a leitura do Código de Ética da CAIXA e o Código de Conduta da VIART. Em sequência, o empregado assina declaração atestando que recebeu o exemplar do Código de Conduta e tomou ciência do conteúdo do mesmo. O Código de Conduta está publicado em manual normativo interno. Sempre que ocorre alteração, todos os empregados são comunicados.

8.3 Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.

Segundo o Código de Conduta: Os empregados e dirigentes da VIART devem sempre observar as Diretrizes abaixo quanto aos seus investimentos pessoais:

Investimentos	Crítérios/Condições Específicas	Condições Gerais
<i>Renda Variável Mercado Secundário</i>	<p>Negociações em Bolsa - Ações (Índice Bovespa), ETF, FII</p> <p>Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00</p> <p>Não pode haver aquisição de FII/FIP/FIDC administrados ou geridos pela CAIXA/VIART</p> <p>Não pode haver aquisição de ETF sem <i>Market Maker</i></p>	<p>Vedada venda a descoberto de ativos</p> <p>Vedado aluguel de ativos na posição tomadora</p> <p>Vedadas operações intradiárias</p> <p>Vedadas operações com derivativos</p> <p><i>Lock-up</i> de 120 dias a contar da data da aquisição do ativo</p> <p>Vedada a operação de compra e venda diante de Fato Relevante nos 08 dias posteriores à sua publicação</p> <p>Vedada a aquisição de ativos por empregados/dirigentes que participem do Conselho da empresa emissora</p>
<i>Renda Fixa Mercado Secundário</i>	<p>TPF; CDB/RDB; LF; LCI; LCA; CRI; CRA; Debentures e COE</p> <p>Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00, contendo as evidências de preço</p> <p><i>Para CDB/RDB e TPF não há período de lock-up</i></p>	

<p><i>Ativos de Renda Fixa / Renda Variável Mercado Primário</i></p>	<p>Ativos acima mencionados</p> <p>Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00</p> <p>Não pode haver aquisição de ativos em que a CAIXA atue como participante da oferta (coordenadora ou estruturadora)</p> <p>Não pode haver aquisição de FII/FIDC/FIP administrados ou geridos pela CAIXA/VIART</p> <p>Não pode haver aquisição de ativos ofertados com origem/participação de FIP administrados ou geridos pela CAIXA/VIART</p> <p><i>Para CDB/RDB e TPF não há período de lock-up</i></p>	
<p><i>Fundos de Investimento</i></p>	<p>Permitidas aplicações e resgates em Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela VIART e por terceiros</p> <p>Não haverá a necessidade de <i>lock-up</i> para fundos que atendam as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sejam destinados exclusivamente aos funcionários da VIART; - pertençam a Classe RF Curto Prazo ou RF Simples; - Fundos de Investimento administrados e/ou 	
	<p>geridos por terceiros; e</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos Mútuos de Privatização <p>Não podem se utilizar de recursos de aplicação/resgates retroativo</p>	

RH 169012 #Público

8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?
Não existe fundo de investimento exclusivo para executivos da empresa.	
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.
Devido ao Chinese Wall, as regras de investimento dos recursos próprios da CAIXA são definidos em outra Vice Presidência e não se confundem com a gestão de ativos de terceiros.	
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como <i>front running</i> , vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de <i>webmail</i> externo)
Os empregados da Gestora que atuam em Mesa de Operações não estão autorizados a utilizarem meios de comunicação alternativos aos sistemas corporativos e ao e-mail corporativo CAIXA em seu ambiente de trabalho, tais como celular e mensagens instantâneas. Adicionalmente, ao ingressarem na Gestora, todos empregados assinam Termos de Confidencialidade responsabilizando-se pela não divulgação de informações confidenciais inerentes às suas atividades.	
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.

<p>Na ocasião da contratação de distribuidores, via contrato de Distribuição, os mesmos se responsabilizam por todo e qualquer procedimento de prevenção à lavagem de dinheiro visando evitar a ocorrência desse tipo de crime, responsabilizando-se, ainda, por realizar o cadastro dos investidores e os procedimentos de “<i>know your client</i>” e comprometendo-se a fornecer cópia da documentação relativa ao cadastro dos investidores e aos procedimentos de “<i>know your client</i>” sempre que solicitado.</p>	
8.8	<p>Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.</p>
<p>As atividades de gestão, administração, custódia e auditoria são segregadas em atendimento a legislação em vigor. As Resoluções nº 2451 e nº 2486, do Banco Central do Brasil, culminaram com a implantação do “Chinese Wall”, exigindo a segregação das atividades de gestão e administração de fundos de investimento das demais atividades da instituição. A CAIXA optou por nomear um Vice-Presidente, responsável exclusivamente pela Administração e Gestão de Ativos de Terceiros – VIART, de acordo com o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 06 de junho de 2008. Toda a gestão é independente, inclusive com uma mesa de operações própria.</p>	
8.9	<p>No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?</p>
<p>As áreas são segregadas em vice-presidências separadas.</p>	
8.10	<p>Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras.</p>
<p>A especificação de comitentes é realizada anteriormente à execução das ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários. Quando uma mesma estratégia é adotada simultaneamente para diversos fundos, as operações são divididas conforme política interna de rateio de ordens. Os fundos podem realizar operações entre si respeitando regras, estabelecidas em manual normativo interno, referentes à definição de preço da operação.</p>	
8.11	<p>Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.</p>
<p>São considerados pelos gestores para precificação de operações realizadas em mercados de balcão minimamente os seguintes aspectos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. preços de marcação e intervalo indicativo do fechamento do dia anterior para o ativo em questão ou ativos com maturidade próxima; 2. existência de <i>spreads</i> para o ativo em questão, ou ativos com maturidade próxima, em outros bancos, corretoras ou plataformas de negociação; 3. existência de <i>spreads</i> em ativos ou derivativos de referência, como contratos futuros de juros, que possam balizar a escolha de preço para as ordens de títulos públicos a serem emitidas. 4. <i>ratings</i> emitidos internamente ou por agências de risco para títulos de crédito privado; 5. nível de taxa de emissão primária por parte das instituições financeiras; 6. nível de taxa de emissão primária e mercado secundário para títulos de empresas não financeiras. <p>Por fim, as operações realizadas por fundos em mercados de balcão são verificadas diariamente pela área de risco e controle interno por meio de sistema interno, que compara os preços negociados com o túnel de preços da ANBIMA.</p>	
8.12	<p>Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?</p>
<p>Sim, custodiantes externos. A Vice-Presidência de Gestão e Administração de Ativos de Terceiros possui uma área de risco que tem como principal atividade o controle, monitoramento e</p>	

gerenciamento dos riscos dos fundos de investimento sob sua administração. Os parâmetros para cálculo do risco de mercado bem como os procedimentos a serem adotados no processo de gerenciamento de risco são submetidos para aprovação a um comitê interno constituído por: Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros, Superintendente de Produto, Superintendente da Gestão e Gerente de Risco. A política de risco é compreendida pelos princípios gerais, e diretrizes específicas de ações relativas ao risco. Também determina os processos operacionais mais importantes, limites, objetivos de performance baseados no risco e os procedimentos para o gerenciamento de risco.		
8.13	Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.	
Qualquer situação gerada pelo confronto entre interesses da CAIXA e interesse pessoal, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública. São pautados no Código de Conduta dos empregados e dirigentes da CAIXA, ao qual todos estão submetidos, e sua eventual violação ocasionará a abertura de procedimento de apuração de responsabilidade civil e disciplinar. A participação em Conselhos Fiscais e de Administração também está pautadas no Código de Conduta e ocorrerá somente mediante indicação aprovada por órgãos deliberativos da CAIXA, na representação dos interesses dos fundos de investimento, administrados ou geridos pela CAIXA, nos termos da Lei.		
8.14	Descreva as regras para o tratamento de <i>soft dollar</i> tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.	
É vedado, no Código de Conduta, aos empregados e dirigentes, em razão de suas atribuições, aceitar favores, comissões, gratificações, vantagens financeiras ou materiais, doações, brindes ou presentes de qualquer natureza, para si ou para outras pessoas, que possam influenciar decisões, facilitar negócios, beneficiar terceiros, ou causar prejuízo de imagem à Empresa.		
8.15	A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.	
Não.		
8.16	São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?	
A Conformidade para verificação das políticas internas é efetuada de acordo com o produto/processo envolvido, podendo ser diária ou mensal. São realizados testes periódicos pela área de Controle Interno da VIART, relacionados às atividades/rotinas críticas executadas pelas áreas vinculadas à Vice-Presidência de Gestão e Administração de Ativos de Terceiros da CAIXA. A frequência de realização desses testes é bimestral.		
9 - Questões Jurídicas e Legais		
9.1	Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)	
As questões jurídicas e legais da empresa são tratadas por um departamento jurídico próprio.		
9.2	A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.	
Não.		
9.3	Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?	
Não.		
10 - Anexos		
	Marcar Anexos Abaixo	
10.1	Resumo Profissional	SIM
10.2	Manual de Risco	CONFIDENCIAL
10.3	Manuais de Marcação a Mercado	SIM

10.4	Manual de Compliance	CONFIDENCIAL
10.5	Código de Ética e Conduta	SIM
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (<i>Proxy Voting</i>)	SIM
10.7	Relatório de Rating	SIM
10.8	Manual de Liquidez	CONFIDENCIAL
10.9	Política de <i>Suitability</i>	CONFIDENCIAL

2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: SÃO PAULO	Data:
Nome:	
Cargo:	

Assinatura: _____

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
N/A	
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
Posse do novo presidente da Caixa Econômica Federal – 07/01/2019 – Pedro Guimarães.	
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
N/A	
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
28/07/2019.	
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
N/A	
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.
(1.6, 1.7, 2.13, 2.14, 3.1, 3.2, 3.3, 3.7, 3.8, 4.2, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.5, 7.3.6.1 e 8.10) (2.3,2.4, 2.10, 2.13, 2.15 ,3.1, 3.2, 3.3, 3.7, 3.8, 4.2, 6.3, 7.2.4, 7.2.5, 7.2.6, 7.2.9, 7.2.10, 8.3, 8.11)	

4) Atualizar Sumário